



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA REUNIÃO
INTERPARLAMENTAR DO GRUPO ESPECIALIZADO DE CONTROLO
PARLAMENTAR CONJUNTO (GCPC) SOBRE A EUROPOL**

Bruxelas, 20 e 21 de setembro de 2023

Delegação:

- Deputado Jorge Seguro Sanches (PS) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Paulo Moniz (PSD) – Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Patrícia Gilvaz (IL) – Membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
- Deputado Alma Rivera (PCP) – Membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A assessoria foi prestada por Ana Cláudia Cruz, Assessora da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e Catarina Lopes, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia.

Da [agenda](#) da reunião, constavam os seguintes pontos:

Quarta-feira, 20 de setembro de 2023

Adoção ordem de trabalhos e notas introdutórias (14h30 – 18h00)

Juan Fernando López Aguilar, copresidente do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol e Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, de Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, declarou aberta a sessão, dando as boas-vindas aquela que era a 13.^a Reunião do GCPC sobre a Europol, referindo que estavam representados vinte Estados Membros (EM), aludindo à reunião, que antecederia, da Troika, com Espanha e Bélgica, e explicitando que o objetivo da reunião era escrutinar a atividade da Europol, especialmente no que tocava ao respeito



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

pelos direitos fundamenais no âmbito das investigações criminais. Informou ainda, em nome da presidência sueca, que o representante sueco participara na reunião da direção da Europol realizada a 7 e 8 de junho, em Estocolmo, tendo o respetivo relatório sido distribuído, prevendo-se a realização da próxima para dezembro, em Saragoça, no âmbito da presidência espanhola.

De seguida, **David Serrada Pariente**, copresidente do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol e Chefe da Delegação de Espanha no GCPC da Europol, endereçou os seus cumprimentos e apresentou sumariamente o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho constituído para a criação do Fórum Consultivo Direitos Fundamentais, o qual foi constituído a 8 de junho, tendo reunido a nível técnico, a 29 de junho e a 5 de setembro, com o intuito de preparar um projeto que versasse os princípios gerais, a sua composição, os métodos de trabalho, os recursos, entre outros aspetos, considerando as posições expressas pelas delegações. Agradecendo a participação de todos, deu conta de que a troika presidencial decidira prorrogar o mandato do grupo de trabalho até à próxima reunião do GCPC, a organizar em março pela presidência belga, altura em que a proposta resultante do grupo de trabalho seria apresentada e debatida.

López Aguilar procedeu, então, à apresentação da agenda para os dois dias de trabalho, dando nota dos temas previstos, e colocou-a a votação, tendo esta sido adotada sem objeções.

Vídeo Messages (15h30 – 15h45)

Fernando Grande-Marlaska Gómez, Ministro do Interior de Espanha, partilhou as suas reflexões sobre a Europol, referindo que, enquanto país que assume a Presidência, Espanha tinha a honra de representar os 27 EM, afirmando a confiança na Europol e o seu papel essencial na luta contra a criminalidade grave e organizada, nomeadamente no que toca ao terrorismo, atuando através da partilha de informação entre base de dados, identificando vínculos transfronteiriços, identificando ameaças atuais e antecipando as futuras. Aludiu ao alargamento do mandato da Europol e à sua articulação com a Procuradoria Europeia, considerando este um passo importante para



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

prevenir a corrupção e a fraude financeira na União Europeia (UE). Mencionou os acordos celebrados com países terceiros em matéria de intercâmbio de dados e as conversações iniciadas com países da Latina América, com quem considerou ser necessário uma cooperação mais estreita. Apontou a melhoria do papel inovador e investigador da Europol e a cooperação com empresas privadas, particularmente com as gigantes tecnológicas. Assinalou a capacidade da agência para processar dados recebidos diretamente das operadoras de comunicações pode ser crucial para importantes instrumentos legislativos, como a proposta de regulação contra a luta abusos sexuais *online*, a qual outorga à Europol um importante papel no procedimento de recuperação de informação de países terceiros quanto à identificação das pessoas que podem representar ameaça para UE e que devem estar registadas no sistema Schengen. Destacou a importância dos centros especializados da Europol e a sua nova estratégia, a qual incluía o reforço da cooperação operativa com os países Schengen, com a Interpol e com outras agências europeias como Frontex de forma a fortalecer o intercâmbio de informação. Por fim, aludiu ao apoio à Ucrânia na luta contra crimes de guerra e fornecimento de armas. Concluiu com a esperança de ter de transmitido a importância que a presidência espanhola outorgava à Europol, necessária para manter os níveis de segurança na Europa, e desejando a todos uma sessão produtiva.

Ylva Johansson, Comissária Europeia para os Assuntos Internos, assinalou os novos desenvolvimentos do mandato da Europol, afirmando o reforço dos seus poderes na luta contra o crime, o que significava um maior poder de fiscalização para o GPCP. Aludiu às iniciativas anunciadas pela Presidente da Comissão Europeia, incluindo a Aliança Portuária Europeia, um marco de um novo plano de ação contra o tráfico de drogas, referindo que este era o tipo de crime mais lucrativo e organizado. Afirmou ser necessário um *network* para combater um *network* criminoso, assinalando que o crime organizado era das maiores ameaças à sociedade, a par do terrorismo. Apelou ao apoio dos EM às propostas que apresentaria para eliminar as redes criminosas, frisando o papel essencial da Europol nessas iniciativas. Recordou os relatórios recentes da Europol que revelavam o grau de sofisticação da atividade criminosa. Aludiu aos abusos sexuais *online* e incitou as delegações a apoiarem a sua iniciativa para o seu combate. Por fim, expressou os seus votos de uma reunião bem-sucedida.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Atividades da Europol de março a outubro de 2023; Apresentação do Projeto de programação plurianual da Europol 2024-2026 e resposta aos contributos escritos das delegações (15h45 – 17h45)

David Serrada Pariente assumiu, neste ponto, a condução dos trabalhos, passando, de imediato a palavra à Senhora Diretora Executiva da Europol, a quem cumprimentou.

Catherine De Bolle, Diretora Executiva da Europol, cumprimentou todos os presentes e expressou o seu contentamento por poder fornecer informação atualizada quanto às estratégias, operações e atividades desenvolvidas pela Europol. Deu nota de que, em junho, a Direção da Europol tinha aprovado a nova estratégia da Europol, designada [“Oferecer segurança em parceria”](#). Referiu que a revisão da Estratégia 2020+ gerou reflexão quanto ao futuro da Europol à luz da arquitetura de segurança interna europeia, considerando as ameaças com que se confrontavam, os desenvolvimentos ao nível da segurança, a guerra na Ucrânia e as alterações ao regulamento da Europol. Transmitiu que tinham sido consultadas as autoridades nacionais para melhor perceber como corresponder às suas expectativas e necessidades operacionais, tendo o *feedback* recebido sido positivo. Sublinhou que a proteção de direitos fundamentais se mantinha como princípio orientador da estratégia e que, nesse contexto, o Provedor de direitos fundamentais da Europol tinha já iniciado as suas funções. Apontou como principais alterações chave à estratégia o objetivo da Europol se tornar ainda mais operacionalmente relevante para a comunidade policial dentro e fora da UE e o funcionamento do *hub* europeu de informação como primeira prioridade estratégica com o propósito de evoluir para uma combinação significativa de recolha de dados e de melhoria de conexão com outras bases de dados através do programa de interoperabilidade da UE. Observou que o mundo digital atual se caracterizava por um excedente de informação, sendo importante que se trabalhasse a informação que era efetivamente necessária para combater eficaz e eficientemente o crime. Mencionou que cooperação estreita com os EM beneficiaria da plataforma conjunta de análise, antecipando o aumento da sua utilização. Identificou três linhas prioritárias de ação da Europol: a primeira, investigações em tempo real de larga escala; a segunda, formas específicas de especialização, como o rastreamento de criptocurrências; e, a terceira, a assistência técnica, por exemplo através de meios de descifração. Referiu que



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

visavam oferecer amplo apoio para enfrentar todos os aspetos do modelo de negócio do crime, incluindo a comunicação, a violência e a logística, de forma a, em conjunto com os seus parceiros, fortalecer a luta contra a facilitação da migração ilegal, corrupção e crimes ambientais. Reiterou que as parcerias eram uma prioridade na agenda da Europol, que isso incluía os países do Espaço Schengen e que a Interpol continuava a ser o principal parceiro a nível internacional. Referiu que outro aspeto central da estratégia era a cooperação com entidades privadas, bem como a inovação e a investigação, e que a estratégia revista seria então incluída no programa multianual 2024-2026, a adotar formalmente no final de novembro. Informou que continuavam a preparar ações performativas para ETIAS e que tinham iniciado a implementação da responsabilidade de acordo com a Lei de Serviços Digitais, que entrara em vigor com novas obrigações. Aludiu à relação próxima mantida com a Autoridade Europeia da Proteção de Dados, recordando o relatório de orientações apresentado em junho e o lançamento do PERCI, em julho, referindo que 22 EM estavam conectados e que aquela plataforma permitia a transmissão de ordens de remoção e diferimento de conteúdo terrorista ilegal *online*, tratando-se de uma solução inovadora que trabalhava num ambiente de nuvem controlado pela Europol, enaltecendo o trabalho conjunto da Europol e da ADP, que revelava que os agentes da aplicação da lei e da proteção de dados podiam cooperar, e mencionando a 11.ª reunião da rede especialistas em proteção de dados realizada em Madrid em setembro. Quanto a relações externas, referiu que foco principal era o bairro UE, particularmente o envolvimento com os países das Balcãs, os parceiros ocidentais e o Reino Unido. Assinalou os esforços continuados para construir pontes na luta contra migração ilegal e tráficos de armas e de drogas, revelando que tinham a expectativa de diálogo com Marrocos e o Egito e que os acordos na região Mena e com a Latina América eram também uma prioridade. Quanto ao apoio à Ucrânia, aludiu a uma visita realizada e à discussão de novas formas de cooperação e ao apoio ao desenvolvimento de uma equipa própria da Ucrânia de análise, tendo sido recebido, entre 28 agosto e 1 de setembro, nas instalações da Europol, um grupo para treinamento estratégico. Referiu que se mantinham atentos às atividades criminosas com origem russa, nomeadamente no que tocava ao tráfico de seres humanos e de armas. Frisou que tráfico de drogas continuava a ser o maior mercado criminoso da UE, sendo que a maior parte entrava via contentores marítimos, dando exemplos de operações desenvolvidas em cooperação com Espanha, Bélgica e Países Baixos e



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

alertando para a infiltração de agentes criminosos em portos marítimos, a corrupção e a inspeção de contentores. Quanto à migração ilegal, reportou o recurso frequente à violência nessas redes e aludiu à cooperação entre Europol e Frontex e às operações conjuntas no mediterrâneo, nas rotas Balcãs e no canal inglês. Relativamente ao crime económico e financeiro, deu nota da cooperação com a OLAF, a EPO e a Eurojust e da participação na primeira reunião do Organismo Europeu de Luta Antifraude realizada em maio. Apontou a apresentação do Fórum Next Generation UE e deu nota do relatório publicado sobre terrorismo e desenvolvimentos extremistas em 2022, sinalizando que na semana anterior se realizara uma *task force* de identificação terrorista. No que respeitava ao cibercrime, referiu como prioridade a análise de *ransomware* e a continuidade do trabalho quanto aos abusos sexuais *online*, mencionando a convenção de polícias que teria lugar na semana subsequente. Em conclusão, sinalizou o foco na implementação da nova estratégia para permitir que agência fosse ao encontro das expectativas da comunidade de aplicação da Lei e dos cidadãos da UE e agradeceu o apoio contínuo do GCPC, ansiando a cooperação com o Fórum Consultivo sobre Direitos Fundamentais e ficando à disposição para questões e esclarecimentos.

Peter de Buysscher, Presidente do Conselho de Administração da Europol, informando que assumira funções em julho e que era primeira vez que se apresentava perante o GCPC, o qual considerava ser parceiro importante para a responsabilização/fiscalização da Europol, agradecendo a oportunidade de prestar contas sobre as atividades nos últimos meses. Notou que a agência vinha operando num contexto de desafios internacionais, como a guerra na Ucrânia. Aludiu à legislação da UE que entraria em vigor e ao impacto que esta teria no trabalho desenvolvido, destacando aqueles que versam sobre partilha de informação, serviços digitais, inteligência artificial e abusos de crianças *online*, e constatando que estes trariam novas oportunidades, mas também novos desafios. Considerou que a diretiva sobre partilha de informação, por exemplo, tinha o potencial de reforçar o papel da Europol como “informadora”, mas requereria alterações da parte dos EM e da Europol para lidar com grandes volumes de informação a ser partilhada, pelo que salientou a importância de reuniões de especialistas entre os EM. Reportou que, em junho, o Conselho de Administração reuniu, tendo-se debruçado sobre a nova estratégia da Europol, apresentando-se de acordo com o foco nas operações conjuntas e os objetivos estabelecidos para uma melhora partilha de



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

informações; o papel crucial da Europol no apoio a investigações em tempo real; o apoio especializado e o desenvolvimento das suas capacidades inovadoras e investigativas. Referiu que o CA apoiaria a Europol na implementação da nova estratégia, que adotara o relatório de atividades referente a 2022 e elogiou a agência pelas suas concretizações, especialmente num ano marcado pela guerra na Ucrânia e de entrada em vigor do regulamento alterado, notando o crescimento contínuo do canal de comunicações SIENA, os desenvolvimentos dos seus centros e a preparação para participar no sistema de informação Schengen. Referiu que o CA, ciente das dificuldades orçamentais para as instituições europeias, instou a Autoridade Europeia de Financiamento a garantir opções apropriadas sustentáveis nos próximos anos; discutiu o progresso da Europol no cumprimento das suas obrigações ao nível da interoperabilidade, tendo concordado com o estabelecimento de uma nova unidade; debateu o lançamento do PERCI e continuou a adotar decisões necessárias para cumprir a revisão do regulamento da Europol. Concluiu aludindo às próximas atividades do Conselho de Administração: conclusão do documento de programação para o período 2024-2026; a elaboração do programa de trabalho para 2024 de acordo com a nova estratégia; o acompanhamento dos atos legislativos com impacto na ação da Europol e a definição de objetivos e prioridades para o laboratório de inovação da Europol. Terminou com um convite ao GCPC para participar na reunião de dezembro, a ocorrer em Saragoça, que se debruçaria, entre outros temas, sobre o orçamento para 2024.

Aberto o período de **debate**, foram, sobretudo, suscitadas questões relacionadas com o tráfico de seres humanos, a imigração ilegal, a colaboração com a Frontex, a rota do mediterrâneo, a cooperação com a Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), a infiltração das redes criminosas, a utilização de ferramentas de inteligência artificial, nomeadamente a Clearview, o tráfico de drogas; a implementação do PERCI, a criminalidade ambiental, a criptocurrência, a articulação com a Interpol, o tráfico de armas, a adesão da Roménia ao espaço Schengen, os recursos humanos e financeiros da Europol, os acordos de repatriação e a garantia de Direitos Humanos, às quais **Catherine de Bolle e Peter de Buyscher** respondeu individualmente.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Interveio no debate o **Senhor Deputado Jorge Seguro Sanches**, nos seguintes termos:

«A minha questão é dirigida especialmente à Senhor Diretora Executiva da Europol, Catherine de Bolle, e, em primeiro lugar gostava de agradecer a atenção e a resposta que, na última reunião de março, em Estocolmo, foi dada ao tema dos metadados. Gostava ainda de sublinhar que este é um tema essencial que continua a merecer a nossa maior atenção e preocupação. Recordo que subsiste um problema que a delegação portuguesa tem vindo a assinalar que se reporta à interpretação da Diretiva de 2006, que veio a ser fortemente restringida pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia. Gostava de saber, na vossa perspetiva, quais os passos seguintes neste tema. Num segundo tema, gostava de sublinhar que o Governo português definiu como prioritário o combate e a prevenção do crime de tráfico de seres humanos. O tema do TSH é um dos maiores desafios que se coloca à UE, o que nos coloca, como conjunto de estados, no centro e na atenção de toda a Humanidade. A missão da Europol é decisiva nesta questão. A Europol é fundamental para a cooperação entre autoridades policiais na EU e, em especial, neste tipo de criminalidade que tanto afeta a nossa vida comum na UE e influencia tantos seres humanos. É ainda fundamental uma política europeia que olhe para os direitos humanos dos emigrantes. Finalmente e sobre o grupo de trabalho para o estabelecimento do Fórum Consultivo de Direitos Fundamentais gostava de sublinhar o progresso dos trabalhos e a boa identidade de pontos de vista entre os membros.»

Em resposta, **Catherine de Bolle** referiu que a questão dos metadados fora discutida em Lisboa, na Conferência de Polícias da EU, da qual emergiu uma declaração conjunta reconhecendo o problema e instando os parlamentos nacionais a adotar medidas legislativas, apontando o receio de as autoridades ficarem «às escuras» sem acesso a informação necessária para combater o crime organizado e o terrorismo. Deu conta de que, durante a presidência sueca, houve desenvolvimentos através da criação de um grupo de alto nível, com especialistas da UE, para refletir sobre o tema e com objetivo de apresentar propostas concretas. Referiu que o tráfico de seres humanos era uma prioridade do Centro Europeu contra o Contrabando de Migrantes, que se focava na análise das formas de exploração, tendo revelado vítimas dentro da UE. Informou que, nos primeiros 6 meses de 2023, a Europol apoiou a 32 operações transfronteiriças e



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

que, em 2022, registaram-se 247 reportes, dos quais 67% eram para exploração sexual, 14% para exploração laboral e 7% para crimes forçados. Explicou que principal desafio era o recrutamento e a exploração *online* de mulheres e crianças e transmitiu que foram criadas equipas de investigação conjunta de apoio aos Estados Membro com intuito de identificar e desmantelar as redes.

Follow-up dos membros relativamente às questões escritas e orais e outros assuntos e questões (17h45 – 18h00)

Alfredo Nunzi, Diretor do Departamento de Assuntos Institucionais e Jurídicos da Europol, explicitando as competências do seu Departamento e saudando a intervenção com o GCPC, informou que receberam quatro questões desde a sessão de março, três das quais tinham sido respondidas e que a restante seria respondida nos dias subsequentes.

A Deputada do Parlamento Europeu, Saskia Bricmont, questionou se as manifestantes feministas pelo aborto na Polónia ou os jovens ativistas pelo ambiente eram considerados terroristas pela Europol e porque figuravam no relatório, tendo Alfredo Nunzi referido que recolheria informação e responderia posteriormente.

Quinta-feira, 21 de setembro de 2023

Manhã

Lopéz Aguilar deu início ao segundo dia de trabalhos, recordando que havia ficado por responder à questão colocada pela Senhora Deputada Saskia Bricmont e dando a palavra a **Jean-Philippe Lecouffe** para o efeito, que esclareceu que a inclusão no relatório TE-STAT consubstanciava um registo de ocorrências e não uma avaliação de risco e que, em todo o caso, a metodologia iria ser revista.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Apresentação do Supervisor da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (9h00 – 10h00)

Wojciech Wiewiórowski, da Autoridade Europeia para a Proteção de Dados (AEPD), apresentou as atividades AEPD no âmbito da supervisão a Europol nos últimos 6 meses. Começou por aludir ao relatório de inspeção anual de 2022 que focou o processamento de dados relativos a menores providenciados à Europol por organizações internacionais e as autoridades policiais dos países terceiros, explicando que em concreto analisaram as notificações SIENA e concluíram que a metodologia seguida estava bem desenvolvida, devendo, sem prejuízo, a Europol avaliar se os dados foram recebidos eram legalmente admissíveis e apontando como preocupação a observância do princípio da proporcionalidade no processamento de dados. No contexto da inspeção, identificaram casos em que os menores tinham estado envolvidos em infrações menores, tendo-lhe sido atribuído o mesmo grau de suspeição daqueles envolvidos em atividades organizadas graves, sem que se tivessem sido consideradas as nuances concretas, o que entenderam não ser proporcional. Assinalou a importância do tópico de processamento de dados de menores envolvidos em responsabilidade criminal, recordando que, em 2018, havia sido já realizado uma inspeção sobre o assunto, que revelou diferentes enquadramentos jurídicos pelos EM, o que dificultava a avaliação da recolha, armazenamento e processamento pela Europol dentro da legalidade dos dados remetidos pelas autoridades nacionais, de modo a ser considerados «suspeitos». Concluiu que o processamento a nível europeu não pode ser desassociado do processamento a nível nacional, assinalando a importância da cooperação paneuropeia. Referiu que emitiram opinião quanto à automatização de dados provenientes dos EUA – conteúdos de abuso sexual de menores - e a sua disseminação para os EM, expressando as preocupações da AEPD quanto ao processamento desses dados, focando a fiabilidade da sua proveniência, assinalando que potenciais falhas tinham repercussões no processamento pela Europol. Abordou os direitos de acesso pelos indivíduos aos dados armazenados a fim de verificar a sua veracidade e garantir o seu legítimo processamento. Identificou como principal tarefa da AEPD garantir que as restrições eram aplicadas corretamente e em observância do princípio da proporcionalidade. Salientou que a sua ação não era um sinal de falta de confiança na Europol, mas o cumprimento das suas atribuições, desde logo face ao aumento do



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

volume de dados recebidos e processados pela Europol, o que motivava a abertura de investigações para garantia do respeito da proteção de dados. Concluiu referindo que a AEPD iria abrir uma investigação para analisar o processamento de informação proveniente da Frontex, adiantando que um teste de identidade não era suficiente.

Jürgen Ebner, Diretor Adjunto de Operações da Europol, saudou a cooperação com a AEPD, assinalando o respeito tido pelo seu papel. Considerou positiva a inspeção de 2022, destacando o tópico dos menores e observando que as dez recomendações da AEPD tinham sido bem recebidas pela Europol e estavam a ser implementadas, por outro lado, referindo que se tratavam de casos excecionais e que respeitavam a furtos de bagatela, sendo esses menores desempenhavam em alguns casos o papel de soldados dentro de grupos organizados. Referiu que estavam a trabalhar nas recomendações quanto aos materiais de exploração sexual infantil, destacando o diálogo permanente com a AEPD e identificando a necessidade de melhor a comunicação atempada com os EM. Por fim, explicou que Europol nunca trocou dados operacionais com a Frontex, uma vez que do lado da Frontex não estavam implementadas regras e criadas as condições necessárias, informando que fora criado um grupo de trabalho para analisar de que forma esse intercâmbio podia ocorrer.

David Serrada Pariente moderou o período de **debate** que se seguiu e no qual foram suscitadas questões relacionadas com a cooperação com a Frontex, a interoperabilidade, a sensibilidade do tratamento de dados de menores, acordos com países terceiros, os recursos usados pela Europol na proteção de dados e o uso de ferramentas americanas, as quais **Wiewiórowski** e **Ebner** responderam individualmente.

Apresentação do Encarregado de Proteção de Dados da Europol (10h00 – 10h30)

Daniel Drewer, Encarregado de Proteção de Dados da Europol, apresentou pela primeira vez o seu relatório e explicou que tinha a função de garantir de forma independente a legalidade e o cumprimento das regulações europeias, assinalando a importância de ser um membro do staff da Europol, desde logo pelo acesso direto ao que faz a agência, esclarecendo de que forma desempenhava o cargo. Aludiu à



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

promoção da cultura de proteção de dados ao treinamento de funcionários e sensibilização de *stakeholders*. Mencionou a 11.^a Edén conferência, realizada em Madrid, que congregou uma rede de especialistas em proteção de dados. Referiu que atuava como ponto focal com AEPD e outras instituições; prestava consultadoria quanto a implementação de regulação e no âmbito de operações de proteção de dados, identificando como desafio principal as *big data*. Explicou que os pedidos de acesso a dados eram tratados pelo Encarregado, salvaguardando a proteção da privacidade do cidadão que se dirigiu à Europol. Aludiu às consultas prévias determinadas pelo 39.º Regulamento da Europol e destacou a implementação do PERCI. Explicou as suas atividades relacionadas com os pedidos de acesso, lembrando que a Europol devia atuar num âmbito de parecer dos EM e que procurava contribuir para a justiça e liberdade do cidadão. Concluiu aludindo à equipa que o apoiava, assinalando a carga de trabalho era elevada e continha muita pressão e expressando o empenho da Europol no sentido de se cumprir adequadamente com a proteção de dados no âmbito da investigação criminal.

López Aguilar moderou o período de **debate** que se seguiu e no qual foram suscitadas questões relacionadas com a independência face à agência, a interoperabilidade, os recursos humanos, a partilha de dados com países terceiros, as lacunas identificadas, a partilha de dados relativos a ativistas, a menores de 15 anos e migrantes, às quais **Daniel Drewer** respondeu individualmente.

Apresentação do Encarregado de Direitos Fundamentais da Europol (10h45-11h30)

Dirk Allaerts, Encarregado de Direitos Fundamentais da Europol, apresentou brevemente as suas funções, as quais iniciou em janeiro de 2023, dando nota da sua experiência profissional. Transmitiu que os primeiros meses foram bastante intensos, frisando que aquela se tratava de uma posição nova na Europol, cujos procedimentos internos careciam de definição e organização. Assinalou a necessidade de formação em direitos fundamentais na Europol, identificando quatro grupos: o dos novos funcionários, incluindo o *staff* não operacional, explicando que ele próprio ministrou duas sessões de formação no âmbito do curso inicial obrigatório; o dos funcionários destacados no



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

campo, entendendo que estes necessitam de um curso mais específico, de forma a tornarem-se mais independentes, e que explicando que essas sessões de formação eram dadas pela FRA; o dos funcionários envolvidos em tarefas operacionais que envolvam processamento de dados, cuja a formação é promovida de forma articulada com a FRA e CEPOL, afirmando a importância de um objetivo de treino horizontal; e o último grupo, o dos gestores seniores, constatando como fundamental o seu envolvimento, servindo de exemplo e atento o seu papel na fiscalização do respeito pelos direitos fundamentais em todos os procedimentos. Aludiu aos conselhos obrigatórios da FRA à Europol e à sua participação num conjunto de processos, explicando que os seus pareceres não vinculativos se focaram em garantir que a Europol tem consideração os direitos fundamentais no âmbito dos seus acordos de trabalho, nomeadamente com países terceiros. Salientou a necessidade de a Europol ter uma estratégia sobre direitos humanos e pronunciou-se sobre o uso de ferramentas inovadoras e sobre as avaliações de risco, identificando as áreas que carecem de particular atenção – a da proteção de dados e a dos destacamentos. Explicou que exercia as suas funções mediante pedido ou por iniciativa própria, tendo necessitado de um período para compreender todas as operações em curso e iniciando procedimentos de pedidos de informação para promover as suas avaliações. Concluiu focando a promoção do respeito de direitos fundamentais na ação da Europol e salientando a necessidade de promover um maior conhecimento público da ação da Europol.

Aberto período de **debate**, moderado por **David Serrada Pariente**, foram colocadas questões relacionadas com a necessidade de mais recursos humanos, a proteção de dados, o trabalho com organizações não governamentais, a inteligência artificial e o acesso aos relatórios elaborados, às quais **Dirk Allaerts** respondeu individualmente.

Ponto de situação quanto às atividades da Europol relacionadas com a guerra na Ucrânia (11h30-12h30)

Seguiu-se a apresentação do 5.º relatório sobre a situação na Ucrânia por **Jean-Philippe Lecouffe**, Diretor Adjunto de Operações da Europol, explicando que se tratava do relatório mais recente e que o número sexto estava em elaboração e seria divulgado em novembro. Deu nota de que o relatório continha contributos de países parceiros,



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

especialmente da Ucrânia, e de outras agências, como o Eurojust e a Frontex, pelo que se tratava de uma avaliação conjunta. Explicou que se analisaram ameaças específicas e que para cada um delas se identificou o plano de ação. Mencionou a resposta coordenada face às ameaças emergentes, assente na troca contínua de informação com os parceiros relevantes e na avaliação de desenvolvimentos nas áreas criminosas mais prementes – como o tráfico de armas e de seres humanos, e frisou o foco numa resposta da UE para mitigar o risco do aumento de crime grave e organizado e apoiar a Ucrânia e os países afetados pela guerra. Aludiu à operação OSCAR e destacou a cooperação com contatos focais na Ucrânia. Reiterou os riscos associados à proliferação de armas, o uso de mercados negros, o aproveitamento das redes criminosas das armas em circulação. A esse propósito explicou que estava a ser lançado um *hub* para identificação de armas em conexão com as bases de dados nacionais e da Interpol. Quanto ao cibercrime, aludiu ao aumento dos ciberataques e esquemas de fraude *online*. Mencionou ainda a relocação de redes criminosas russas e de mecanismos de fuga às sanções, o branqueamento de capitais e o recurso a testas de ferro para sanções. Quanto à investigação de crimes de guerra, referiu que cerca quatorze mil fotos e vídeos e centenas de declarações tinham sido coligidas, contando com a participação de quatorze países em participação. Salientou a importância de cooperação com o Eurojust e a necessidade de permanecer vigilante quanto a ameaças terroristas. Referiu a realização de visitas de campo à Ucrânia, nomeadamente de especialistas anticorrupção, e identificou os meios de fornecimento de apoio operacional através de ações operacionais conjuntas, de destacamentos e da avaliação do cenário de ameaças.

Maite Pagazaurtundúa, Vice-Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, de Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu substituiu, então, López Aguilar, e moderou o debate que se seguiu, no âmbito do qual foram suscitadas questões relacionadas com as crianças vítimas e raptadas, a cooperação com países fronteiriços com a Ucrânia, a partilha de dados, as sanções e o branqueamento de capitais, a articulação com as autoridades nacionais e a Procuradoria Europeia, a Operação Oscar, a utilização de software Pegasus, os ataques à democracia, o papel da Europol, o asilo, o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas, os misseis perdidos,



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

a espionagem e a não qualificação como crime de guerra dos crimes cometidos contra as mulheres, às quais **Jean-Philippe Lecouffe** respondeu individualmente.

Tarde

Sessão de Escrutínio I – A situação do crime organizado na União Europeia e as atividades do Centro europeu de crime grave e organizado da Europol (14h30 – 15h30)

López Aguilar conduziu os trabalhos da parte da tarde, dando de imediato a palavra novamente a **Jean-Philippe Lecouffe**, Diretor Executivo Adjunto da Europol, que abriu a sessão de escrutínio sobre a situação do crime organizado na UE e as atividades do Centro europeu de crime grave e organizado da Europol, assinalando desde logo que era o momento ideal para realizar essa a avaliação dado que se estava a chegar ao final de um ciclo da EMPACT. Referiu que o Centro europeu de crime grave e organizado da Europol era um dos cinco centros especializados da Europol, com cerca de 200 funcionários, estruturado em três unidades operacionais, e versando sobre que drogas, tráfico de armas e de explosivos, auxílio à migração ilegal, crimes de propriedade, crimes ambientais e tráfico de seres humanos. O propósito do Centro é fornecer apoio operacional, identificando principais ameaças, coordenar a cooperação na UE e na Europol, prestar apoio aos EM na implementação de atividades operacionais e fornecer análise especializada e estratégica. Identificou como áreas criminosas mais ameaçadoras, e também as mais rentáveis e com mais vítimas, as do tráfico de drogas, do tráfico de seres humanos, do auxílio à migração ilegal, dos crimes ambientais e de propriedade e do tráfico de armas e de explosivos, às quais se associa, de forma instrumental, o branqueamento de capitais e a corrupção. Explicou que, no complexo contexto geopolítico vivido, as redes criminosas continuavam a crescer, cada vez mais menos hierarquicamente organizadas, com diversas nacionalidades e com um alcance global – cerca de 70% ativas em mais de três países, infiltrando-se na economia paralela e em estruturas legais de negócio e recrutando indivíduos vulneráveis. Frisou que o tráfico de drogas era das principais áreas a combater, aludindo às operações realizadas – cerca de 519, mencionando o volume significativo de droga consumido na EU, bem como a violência associada, identificando os pontos de entrada e salientando o risco



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

associado às drogas sintéticas. Focou os crimes contra as pessoas – auxílio à migração ilegal e tráfico de seres humanos, explicando que continuavam a prestar apoio local às autoridades locais e que tinham destacamentos em 11 países e pontos de migração em Malta, Chipre, Itália e Grécia e que tinham sido realizadas cerca de 150 ações conjuntas, tendo sido produzidos cerca de 500 relatórios. Referiu ainda a utilização de rotas externas à UE, mas que conexões ao solo europeu, e frisou a constante alteração de rotas, o que dificultava as investigações e explicou a necessidade de mais partilha de informação vinda dos EM e países terceiros, de monitorizar plataformas *online* e de mais ações conjuntas. Deu conta de que na UE eram organizadas operações de larga escala para investigar o tráfico de armas e de explosivos e os crimes de propriedade e ambientais. Referiu que, no âmbito da EMPACT, foram realizadas operações em 31 países que levaram à detenção de 22 fornecedores de armas mercado negro. Explicou que o tráfico de armas era uma ameaça emergente e em crescimento, a que estava associada muita violência, dando o exemplo do aumento de invasões domiciliárias. Terminou referindo que a Europol se preparava para o futuro, mas que as redes criminosas estavam em constante evolução, modernizando-se rapidamente, sendo necessário que as operações pudessem recorrer também a ferramentas cada vez mais inovadoras.

Floriana Sipala, Diretora da Unidade de Polícia de Crime Organizado e Drogas do Diretorado Geral para as Migrações e Assuntos Internos da Comissão Europeia, referiu que o crime organizado era uma ameaça significativa para a economia, as pessoas e as instituições e a sociedade, lembrando os crimes cometidos em solo europeu contra crianças, jornalistas, bem como corrupção, frisando ser necessário combater o crime com as ferramentas necessárias. Aludiu à estratégia europeia sobre crime organizado, salientando que um dos pontos chave era a cooperação operacional. Apontou a importância da EMPACT como mecanismo que permite operacionalizar as prioridades fixadas entre EM e Europol, bem como com a ajuda dos parceiros e dos países terceiros. Frisou a prioridade, sinalizada em 2022 e que se mantém, de elevado risco das redes criminosas, que utilizam violência e corrupção para desenvolverem as suas atividades. Saudou a participação de todos os EM, da Eurojust e de cerca de 20 países terceiros (Balcãs, EUA e América Latina) no combate às redes criminosas, referindo que fora possível identificar 42 grupos e investigar 50 criminosos de alto risco. Transmitiu que



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Comissão fornecia ainda apoio operacional e fundava *networks* especializados, bem como o Centro de Análise e Operações Marítimas - Narcóticos, em Lisboa. Apontou a importância de melhorar o conhecimento na UE, pelo que estavam focados em desenvolver um exercício de mapeamento que permitiria melhor conhecer e identificar as redes criminosas. Aludiu também à situação dos portos marítimos e à sua infiltração por redes criminosas para desenvolvimento dos seus tráficos, referindo que estavam a trabalhar em ideias para solucionar as questões emergentes e partilhando que tinha sido lançada uma avaliação, dentro do Espaço Schengen, para coligir as boas práticas utilizadas pelos EM. Mencionou o trabalho legislativo em curso que acreditava vir contribuir para um melhor combate ao crime, em concreto o estabelecimento de uma nova agência de drogas, a interconexão de registos de contas bancárias, que permitirá rastrear o circuito do dinheiro, e o confisco de bens. Como último ponto, frisou a cooperação internacional, transmitindo eventos que visavam reforçar as ligações entre Europa e intercontinental.

David Serrada Pariente moderou o período de debate que se seguiu e em que foram colocadas questões relacionadas com o crime de propriedade, em concreto o furto de máquinas agrícolas, o controlo de fronteiras e entrada de drogas, o recurso à criptocurrência, a utilização de inteligência artificial, as rotas migratórias e o recrutamento, a colaboração com a Eurojust, as drogas sintéticas, o branqueamento de capitais e os dados recolhidos, às quais os oradores responderam individualmente.

Intervio no debate, o **Senhor Deputado Paulo Moniz (PSD)**, nos seguintes termos:
«Obrigado, Senhor Co-Presidente! Trago o problema das fronteiras marítimas, trago especificamente o caso do arquipélago dos Açores e da ilha das Flores, em particular, que é o ponto mais ocidental da Europa e o primeiro ponto de chegada a quem vem do Ocidente. Acontece que esta fronteira não tem controlo Schengen, é uma fronteira que permite que qualquer cidadão de outro país extracomunitário apanhe um avião e esteja no Espaço Schengen. É um conjunto de ilhas – as Flores e o Corvo, que o Governo português não tem conseguido englobar no sistema de vigilância de costa contra a criminalidade do tráfico de droga. A pergunta que faço a ambos os oradores iniciais é se estão despertos para sensibilizarem o Governo português a resolver esse grave problema na segurança externa da União Europeia e esta grave falha no Schengen e se



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

estão disponíveis para visitar a ilha das Flores, como têm feito a oriente da Europa, e a inteirarem-se de uma realidade grave em matéria de segurança para todos.»

Em resposta, **Sipala** referiu que estavam conscientes desta preocupação, de que as fronteiras da UE padeciam desta situação específica e a ameaça inerente, nomeadamente o auxílio à migração ilegal, o tráfico de seres humanos e o tráfico de drogas. Frisando o risco especial de tráfico de drogas e referindo as estruturas articuladas de cooperação para o combater, as quais debateriam com as autoridades portuguesas.

Sessão de Escrutínio II – Análise de ameaça sobre crime financeiro e económico do Centro Europeu de Crime Financeiro e Económico da Europol, incluindo o foco na corrupção na UE (15h30 – 16h55)

Burkhard Mühl, Chefe de Departamento na Europol, Centro Europeu de Crimes Financeiros Económicos, apresentou a primeira avaliação de ameaças da Europol sobre crime económico e financeiro ao nível da UE, explicando que aquele relatório se baseava numa combinação de informações e de conhecimento estratégico contribuído pelas autoridades policiais nacionais. Referiu que a escala de crime financeiro e económico a afetar a UE correspondia a centenas de biliões de euros, sendo muitas pessoas revitimizadas através de esquemas fraudulentos e de contrafação. Aludiu ao desmantelamento de soluções de descriptação que permitiram ter perceção do funcionamento do submundo das operações criminosas, geridas remotamente, fora do território europeu e tendo como principal alvo a UE, em espaços sem jurisdição e em que os regimes de branqueamento de capitais estão pouco desenvolvidos. Explicou que assim conheceram como as redes criminosas movimentam milhões de euros de um canto do mundo para outro e como infiltram entidades comerciais para facilitar as suas operações e como usam a corrupção para obter informação e aceder a serviços públicos. Referiu que a realidade atual era de redes criminosas de rápida adaptação rápida, que tiram partido da aceleração digital e do contexto geopolítico da Ucrânia/Rússia. Explicou serem três as componentes motoras do crime: o branqueamento de capitais, o reinvestimento e a corrupção. Observou que crime económico-financeiro era muito difícil de investigar, bem como a recuperação de bens



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

e ativos – 4. 1 bilião de bens apreendidos com base nas estatísticas providenciada pelos EM por ano, corresponde apenas a 2% do que se estima estar na posse das redes criminosas. Saliou ser uma prioridade melhorar a capacidade de recuperação de bens e que para cada investigação criminosa era necessária uma investigação financeira simultânea. Explicou que a atividade financeira criminosa explora formas alternativas de gestão de ativos proveniente das atividades ilícitas de forma a evitar a sua deteção, sendo o financiamento composto por ativos de várias formas. Referiu que estas recorrem à corrupção para obter informação e poder, de modo a facilitar a atividade criminosa e dessa forma afetam pessoas e o setor público-privado. Apontou a dependência de conhecimentos técnicos/peritos e de mulas financeiras e referiu que a maior parte das fraudes ocorria na área dos investimentos, *online* - campanhas de *fishing*, esquemas relacionados com eventos desportivos. Pronunciou-se ainda sobre crimes de propriedade intelectual e de contrafação. Concluiu que o crime económico financeiro está muito difundido e compromete as estruturas societárias, dinamizando outros tipos de crime, por outro lado considerou que a Europol estava cada vez mais capacitada para o seu combate e que a criação do centro económico de crime financeiro era exemplo disso, relatando ainda algumas operações ocorridas.

Jeroen Blomsma, Chefe do sector de integridade e anticorrupção da Comissão Europeia, explicou que era legislador em matéria de anticorrupção e que o relatório apresentado era muito valioso para o seu trabalho, sublinhando três aspetos: o primeiro, que ninguém era imune ao crime financeiro e económico, observando que os cidadãos eram facilmente vitimizados e dando o exemplo de uma rede desmantelada que se expandia do centro da Europa a Israel e que vitimizou 90 milhões de europeus; o segundo relacionado com o recursos a meios complexos e sofisticados, dando o exemplo de uma rede clandestina desmantelada em maio em Espanha; e em terceiro apontou a corrupção como facilitadora do crime, constatando que não havia tráfico de seres humanos ou de drogas ou de armas sem corrupção, pois vários pontos na cadeia de crime tinham de ser corrompidos, ocorrendo esta vários níveis. Os custos de corrupção são elevados para as redes criminosas, bem como para a UE, estimando-se 120 biliões de euros de prejuízo. Com esse enquadramento, sublinhou o pacote anticorrupção adotado pela Comissão Europeia, mencionando a proposta de alteração de legislação nos EM e notando que nem todos os EM tinham as ferramentas



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

necessárias de investigação, e aludindo ao network da UE que estava a ser organizado contra a corrupção, composto não apenas por especialistas, mas também por membros da sociedade civil e organizações internacionais, concluindo ser necessário um *network* para combater um *network*.

Martín Sanchez, Inspetor-Chefe e Chefe de Unidade do Gabinete do Procurador Especial para a corrupção e criminalidade organizada da Polícia Nacional Espanhola, participou por videoconferência, referiu que para a polícia nacional a Europol era o centro de intercâmbio principal, enaltecendo a parceria com a Europol e aos conhecimentos, ferramentas e experiências partilhadas que facilitam as investigações. Notou que as prioridades identificadas através da EMPACT era uma ferramenta essencial por ajudar a delinear as principais linhas de atuação. Mencionou a criminalidade grave e organizada como o principal desafio à segurança interna enfrentado pela UE, patente em estruturas mais fluídas, recurso à violência e à corrupção e à infiltração de setores legais e ao facto de tirarem partido de um sistema financeiro que lhes permite reinvestir os proveitos da atividade criminosa. Notou que a digitalização potenciava o desenvolvimento da atividade criminosa e que se tratava de uma luta desigual, necessitando as forças policiais de se adaptar rapidamente. Aludiu à estratégia nacional espanhola contra a corrupção, apontando a necessidade de formação, de capacitação dos trabalhadores e de fomentar a investigação patrimonial, enumerando as medidas a implementar, nomeadamente o uso de ferramentas digitais para o tratamento de grandes volumes de dados. Mencionou também a dificuldade de rastreabilidade de cripto ativos. Por último salientou a importância de manter e melhorar a cooperação internacional a todos os níveis, dando o exemplo do trabalho levado a cabo em Espanha em parceria com o Fisco e a fundamental articulação entre autoridades policiais e judiciárias.

David Serrada Pariente moderou o período de **debate** que se seguiu e em que foram colocadas questões relacionadas com o impacto na sociedade dos crimes económicos e financeiros, as formas de impedir o reinvestimento, os recursos humanos necessários para a investigação, a necessidade de especialistas em cripto ativos e o branqueamento de capitais, às quais os oradores responderam individualmente.



Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias
Comissão de Assuntos Europeus

Sessão de encerramento (16h55 – 17h00)

Coube a **López Aguilar** o encerramento da 13.ª Reunião do GCPC sobre a Europol, sintetizando os painéis existentes e as discussões suscitadas e agradecendo a todos a presença e a união de forças para cumprir o mandato do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto de escrutínio das atividades da Europol.

David Serrada Pariente agradeceu a oportunidade e saudou os contributos de todos para cumprir os valores europeus e ajudar a Europol enquanto plataforma de informação entre as policiais europeias, a qual considerou ser fundamental para a cooperação e para a garantia de um espaço mais seguro e de respeito pelos direitos fundamentais.

Por fim, **López Aguilar** deu nota de que a próxima reunião se realizaria em 18 e 19 de fevereiro, em Gante.

Assembleia da República, 20 de dezembro de 2023

O Chefe da Delegação da Assembleia da República

(Deputado Jorge Seguro Sanches)

Membro da Comissão de Assuntos Europeus